

Os Selos Nativos da Índia Portuguesa

Algumas Considerações

Joaquim Leote

1001100110010000101
1100000111010100010
1011101010001110001
0011010100011101011
0101111001111101000
1010011100101101101

Autor: Joaquim Leote

Título: Os Selos Nativos da Índia Portuguesa. Algumas Considerações.

Editor: Edições Húmus Lda^a

Colecção: Biblioteca Electrónica de Filatelia (e-B)

Director de Colecção: Carlos Pimenta (pimenta@fep.up.pt)

Edição: 3^a (Jan. 2006) [1^a e 2^a edições foram realizadas pelo Clube Nacional de Filatelia, em 1997 e 2002]

Composição: Papelmunde Lda.; Vila Nova de Famalicão (colaboração de Adélia Magalhães)

ISBN: 972-99163-2-2

Localização: <http://www.filatelicamente.online.pt>

<http://www.caleida.pt/filatelia>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por *download*

Solicitação ao leitor: Transmita-nos (pimenta@fep.up.pt) a sua opinião sobre este livro electrónico e sobre a Biblioteca Electrónica de Filatelia.

© Edições Húmus Lda

É permitida a cópia deste e-livro, sem qualquer modificação, para utilização individual. Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos e filatélicos, com indicação expressa da fonte.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização contactar directamente o director de colecção.

Índice

Curriculo	5
Prefácio	7
Nota de Abertura	9
Breves Notas sobre os Correios na Índia Portuguesa	11
O Selo Adesivo	19
Dos Nativos da Índia e suas Emissões	23

Currículo à data da 1ª edição

Joaquim Furtado Leote, nascido em Lagos, a 18 de Março de 1913, é hoje, a nível competitivo, o melhor filatelista português e aquele que conseguiu as mais altas classificações a nível mundial.

Filatelista de alto gabarito, com o seu nome inscrito na lista dos “Filatelistas Eminentes”, é conhecido também pelos numerosos artigos filatélicos publicados em revistas da especialidade.

Distinguido com a medalha de Mérito pelo Clube Filatélico de Portugal, possui as condecorações Portuguesas de Aviz e Cristo e Mérito Militar. Foi agraciado pelo Governo de Espanha com a medalha do Mérito Espanhol e pelo Governo do Brasil com o Grau de Oficial da Legião do Mérito Presidente António Carlos do Instituto Internacional de Heráldica e Genealogia.

A sua colecção “Índia Portuguesa”, obteve:

- medalha de Ouro nas exposições mundiais Philanippon 91, em Tóquio, e Polska 93, em Poznan;
- medalha de Ouro Grande nas exposições mundiais Philexfrance 89, em Paris, e Granada 92, em Espanha;
- medalha de Ouro Grande na classe de Honra nas exposições bilaterais Philaibéria 91 e Lubrapex 92.

Actualmente, esta sua colecção já compete na classe de Honra das Exposições Mundiais patrocinadas pela Federação Internacional de Filatelia (FIP).

Do prefácio à 1ª Edição

O Clube Nacional de Filatelia (...) baseado nas peças da colecção de alto gabarito do capitão Joaquim Leote e de alguns dos seus escritos sobre aqueles selos (...) lançou-se numa nova fase editorial.

Entendemos por bem que a obra agora editada fosse bilingue (português e inglês¹) para poder ser apreciada no estrangeiro, onde os selos da Índia e seus estudos são muito procurados.

Para se poder dar relevo à obra, mas essencialmente para podermos homenagear o seu autor, Filatelista Eminente, entendemos que o lançamento do livro fosse feito aquando da realização da Lubrapex 97, uma vez que este Filatelista (...) está filatelicamente ligado a Portugal e ao Brasil.

Esperamos que esta obra seja um bom elemento de trabalho para os filatelistas e muito especialmente para afeccionados dos primeiros selos da Índia Portuguesa.

António Alberto Fernandes de Sousa (...)

¹ A edição inglesa está editada em obra à parte

Nota de Abertura

A derradeira edição do Ciclo António Fragoso - Encontros de Ovar juntou, entre muitas outras ilustres figuras, dois filatelistas de méritos firmados, de cujo encontro haveria de resultar a publicação que agora vê a luz do dia.

O apreciável dinamismo do Dr. José Manuel Ribeiro Nogueira - “vizinho” de Vale de Cambra, que há alguns anos honra a Secção Filatélica do Orfeão de Ovar com a sua presença - viu, com indesmentível realismo, no saber do capitão Joaquim Furtado Leote preciosidade que justifica, sem margem para dúvida, o labor que garanta a preservação do saber único sobre uma das vertentes mais especiais da filatelia nacional - os Nativos da Índia.

Não cabendo mérito maior que não seja o de ter juntado na nossa terra os dois filatelistas a quem se fica a dever a presente obra, esta é para nós, todavia, uma circunstância que nos preenche de alegria:

É a realização, de modo muito concreto, do que move a Secção Filatélica do Orfeão de Ovar: a amizade entre os homens e a difusão do saber filatélico.

Secção Filatélica do Orfeão de Ovar

Breves Notas sobre os Correios na Índia Portuguesa

Após a tomada de Goa por Afonso de Albuquerque a 25 de Novembro de 1510, principia a correspondência regular entre a Corte de Lisboa e o vice-rei da Índia. Nestes tem-



Fig.1. ÍNDIA PORTUGUESA- Carta real de Filipe III de Portugal, na qual é concedida a RUI PEREIRA DA SILVA, "Nobre da sua Casa", a Capitania do FORTE DE CHAUL UL na Índia. Posteriormente, o monarca ordena "Ao meu Vice-Rei e Governador dos territórios na Índia e o inspector-geral das Finanças que lhe concedam o título do referido posto. "Escrito em papel pergaminho em 20 de Fevereiro de 1640, Lisboa e assinado pelo próprio rei "EL-REY FELIPE". NO VERSO DA CARTA ENCONTRA-SE ESCRITO "ENVIADO A 3 DE ABRIL REGISTADO EM GOA-ÍNDIA - 23 DE JULHO

pos, era uso enviar a correspondência em triplicado para assim obstar às perdas causadas pelas monções e aos constantes ataques dos piratas. Assim um dos exemplares era enviado na nau capitã, sendo os outros dois entregues aos pilotos dos navios secundários. O risco era de tal ordem que, por vezes, um só exemplar é que escapava, perdendo-se os outros, segundo nos diz Ismael Gracias.

O transporte da correspondência, também era feito por via terrestre sendo uma carta de D. Filipe II, datada de 1 de Março de 1594, a mais antiga conhecida., Nesta carta, endereçada a Matias de Albuquerque, vice-rei da Índia, El-Rei Filipe II acusa a recepção de uma carta que por Matias de Albuquerque lhe fora enviada, por terra, em 1592, sobre assunto de serviço.

É de 1605 uma carta enviada a Sua Majestade, pela cidade de Goa, de que foi portador, por terra, Baltazar Azaredo, cidadão nobre e honrado, casado, provedor da casa da pólvora, e é de 20 de Fevereiro de 1640 a carta Real de Filipe III de Portugal, aqui reproduzida (Fig. 1), na qual concede a Rui Pereira da Silva a Capitania do Forte de Chaul



Fig. 2. ÍNDIA PORTUGUESA, 1810 (Março 4) carta completa ao Capitão Havilland, Madras Engineers em Bangalore onde consta a manuscrito "GOA, P.N.P." e o porte de "71/2 ". Trata-se da carta mais antiga enviada pelo Correio. Peça extremamente rara (118% da dimensão original)

na Índia.

Porém, só nos fins do Século XVII nos aparece a primeira tentativa para o *estabelecimento regular do correio terrestre* entre Portugal e a Índia Portuguesa. Filipe Nery Xavier, escritor da Índia Portuguesa, diz que foi em 1623 que se estabeleceu o correio em consequência da carta régia de 22 de Fevereiro de 1622. Mas nada haveria sido feito, porquanto Frei João da Trindade, religioso da Ordem de S. Francisco da província de S. Tomé de Goa, apresentou às Cortes da cidade, em 1676, uma petição mostrando:

“as conveniências que teria o real serviço em haver miúdas notícias do que se passava nos Estados da Índia, sem ser pela dilatada viagem dos mares.”

Infelizmente, Frei João da Trindade, não pode desempenhar-se do que se prometera pois ao sair para Lisboa faleceu. Foi outro padre, Frei Francisco da Encarnação, que



Fig. 3. Carta de GOA, 6 Outubro de 1838 para Lisboa. Marcas de trânsito “INDES ORLEN. PAR ALEXANDRIE” e C. CX (carimbo circular datado), “ALEXANDRIE Dec. 7, 1838”. Repare-se no porte “600” a azul, português (o maior porte conhecido). (125%)

houvera sido comissário Geral em Jerusalém e também em Goa, que seguiu por terra para a missão a que Frei Trindade se prometera e não pudera cumprir por ter sido surpreendido pela morte.

Argumentava-se então em Goa:

“Todos os principes de Europa tinham seus correios por terra para a Índia e só Portugal sendo o mais interessado nella não usava desse meio.”

Mas é mais tarde, um século depois desta proposta dos religiosos de S. Francisco - 1796 -, que o Secretário do Estado, D. Rodrigo de Sousa Carvalho, escreve ao Governador - Francisco António da Veiga Cabral - que:

“Sua Magestade a Rainha D. Maria I, determinava que ele, Governador, informasse a Secretaria do Estado sobre os meios que poderiam servir a estabelecer o correio das cartas da Índia com o Reino.”

Dois anos depois, em 1798, Veiga Cabral esclarece que:



Fig. 4. Carta de GOA, 17 de Agosto, 1840 e registada sob o número 334. Esta rara peça mostra as indicações “Pagou o Porte do Correio” e “GOA”, ambas a vermelho, e o carimbo quadrado, 10 de Outubro, de chegada a Lisboa, a azul. (147%)

“Os portes das cartas do Reino devem ser registadas em Goa por enquanto pelos mesmos preços estabelecidos no Alvará para as cartas do Brasil, entendendo-se o mesmo com as que forem da índia para Portugal.”

O Alvará mencionado é de 20 de Janeiro de 1798.

Em resultado das numerosas instâncias feitas junto da Côrte em 1838, foram tomadas providências para o estabelecimento do correio de Lisboa para Goa e vice-versa. Na sequência destas instâncias, acordou-se numa convenção entre o governo Português e o governo Inglês para o estabelecimento da mala postal pelo Mediterrâneo.

E as diligências para melhorar o serviço dos correios, continuam. Assim, na portaria régia de 13 de Outubro de 1838, lembra-se

“... e porque aberta a mesma correspondência pela linha de vapores que de Gibraltar vão a Alexandria, donde periodicamente revertem, se podia conseguir o frequente conhecimen-



Fig. 5. Carta de GOA, 8 Junho 1842 para LISBOA, 6 Agosto 1842, tendo pago o porte de 300 reis “. Registada sob o número 289. Podemos observar “PP “ sobre “GOA” ambos a vermelho, uma das marcas do 2º tipo mais antiga. (128%)

to da situação dos negócios na Índia e S. M. podia dar com a mesma frequência as providências que lhe parecessem convenientes...”

Na realidade, temos uma carta vinda de Goa a 6 de Outubro de 1838 com o porte de 600 reis e com o carimbo de chegada a Lisboa a 11 de Janeiro - via Alexandria (Fig. 3). Como esta carta foi trazida por barco francês, mostra que os nossos serviços precisavam de ser melhorados.

Nomeada, na Índia, em 9 de Abril de 1840, uma Comissão para fazer o estudo sobre esta sugestão, ela apresentou os seus trabalhos ao Governador interino, José Joaquim Lopes de Lima.

Com a data de 17 de Agosto de 1840, temos uma carta, via Alexandria, com o carimbo a vermelho “Pagou Porte do Correio/Goa” (Fig. 4).

O mesmo Governador, por portaria de 7 de Fevereiro de 1841, criou o Correio interno de Goa, dividindo-o em 5 Administrações. A saber:

A Administração-Geral em PANGIM e as outras nos quartéis de MAPUÇA, MARGAO, PONDA e BICHOLIM.

O transporte do correio era feito 3 vezes na semana.

Tendo havido queixas sobre a maneira como este serviço era desempenhado, procedeu-se a um inquérito, no relató-



Fig. 8. Carta de GOA, 23 de Outubro de 1865, chegada a LISBOA a 28 de Novembro. Registada sob o número 16. O porte de “150 Reis” é de LISBOA para Arrayolos. Repare-se no carimbo “GOA PP” a vermelho utilizado entre 1853 e 1871 - o último antes da emissão dos selos. (123%)

rio do qual – 17 de Março de 1841 – se apresentam provas de irregularidades cometidas.

Ainda deste período pré-adesivo e via Alexandria, estão em nossa colecção algumas cartas de datas diferentes, assim:

- a de 8 de Junho de 1842, com o porte de 300 reis (Fig. 5)
- a de 19 de Fevereiro de 1843, com o porte de 360 reis (Fig. 6)
- a de 11 de Fevereiro de 1847, com o porte de 240 reis (Fig. 7).

No verso das cartas vindas da Índia Portuguesa, era oposto o carimbo nominal “GOA”, que aparece em 3 tipos diferentes, sendo o primeiro somente a palavra “GOA”, certamente de 1824 a 1841, a tinta sépia ou preta e, nos últimos anos, a vermelho.

De 1842 a 1853, a palavra GOA é maior que a usada anteriormente e as palavras “P. P.” (porte pago), a sépia ou a vermelho, eram colocadas abaixo ou acima da palavra “GOA”.

Finalmente, de 1854 a 1871, também a sépia ou a vermelho, a palavra “GOA” está dentro de um rectângulo que, por baixo, tem outro idêntico com “P. P.” e ambos os rectângulos estão dentro de um quadrado (Fig. 8).

O Selo Adesivo

A maneira pouco eficiente como os Serviços Postais da Índia Portuguesa se comportavam e ainda as constantes reclamações sobre isso chamaram a atenção do Governo de Lisboa e, assim, El-Rei D. Luís I, por carta de Lei de Agosto de 1869, publicada no “Diário do Governo” n° 202 de 7 de Setembro de 1869, determina:

“a que sejam reformados os serviços de correio e de selos públicos, pertencentes ao Estado da Índia...”

e ainda:

“afazer-se toda a despesa que fosse necessária para o pessoal, material e compra de máquinas destinadas à fabricação de estampilhas e selos públicos para uso dos povos dos mencionados Estados...”

e mais ainda, pela portaria régia de 22 de Março de 1870, publicada no Boletim do Governo do Estado da Índia, n° 39, de 20 de Maio de 1870:

“fossem remetidos ao Governador dos Estados da Índia, todos os papéis existentes no Ministério do Ultramar, acerca de um plano de organização dos serviços do correio”

A 9 de Fevereiro de 1870, foi nomeado para Governador Geral do Estado da Índia (o 121° Governador) - JANUÁRIO CORREIA DE ALMEIDA - Visconde de S. Januário - que, tendo chegado a Goa em 5 de Maio de 1870, assumiu em 7 do mesmo mês e ano as suas funções, tomando posse na Capela-Mor da Igreja do Bom Jesus, na Goa-Velha.

Naturalmente porque já traria de Lisboa instruções detalhadas, que certamente estudou e analisou durante a via-



Fig. 9. Fotografia de José Frederico d'Assa Castel Branco ao tempo em que fez o desenho para o primeiro selo adesivo da Índia Portuguesa.

gem, como primeira providência para a organização do serviço dos correios, nomeou uma Comissão composta de CÂNDIDO JOSÉ MOURÃO GARCÊS PALHA, Administrador-Geral do Correio, JOAQUIM XAVIER DO REGO e JOSÉ FREDERICO D'ASSA CASTEL'BRANCO, tenente do corpo de engenheiros, para a elaboração do novo regulamento postal, em substituição do anterior, elaborado na Índia Portuguesa em 1865.

Entretanto, nomeou a comissão presidida por Joaquim Carlos da Silva Heitor, major do exército, tendo como vogais José Frederico d'Assa Castel' Branco, engenheiro; Jacinto Caetano Barreto Miranda, Administrador das Comunidades, a fim de proceder a inquérito aos Serviços do Correio.

O inquérito demonstrou as irregularidades do serviço postal e, assim, em 25 de Julho de 1871, foram substituídos o Administrador-Geral dos Correios, e vários outros empregados, segundo consta da portaria 270, publicada no Boletim n.º 57 de 25 de Julho de 1871. Interinamente, para o lugar de Administrador-Geral dos Correios, foi nomeado o presidente da Comissão de Inquérito, major do exército, Joaquim Carlos da Silva Heitor.

Foi deste modo, num breve espaço de tempo de quatro meses, que se tornou regular e eficiente o Serviço Postal, na Índia Portuguesa, ao contrário do que até ali vinha sucedendo.

É altamente interessante o artigo de P. G. MESNIER, publicado em 18 de Julho de 1871, fazendo elogiosas referências aos Serviços Postais na nossa Índia, que reputa muitíssimo melhores que os da 'Índia Inglesa, não só na parte administrativa, como também no aspecto moral da população.

A Comissão elaborou o novo Regulamento Postal, extenso de 9 Capítulos e 118 Artigos.

Dele se respiga:

"A Administração-Geral com sede em PANGIM será dividida em quatro direcções:

*MAPUÇÁ
BICHOLIM
MARGÃO
PONDÁ"*

Continuando:

“que em imediata dependência sejam criadas 13 delegações:

*PERNEM
COLUALE
SANQUELIM
CALANGUTE
AGOADA
GOA-VELHA
MORMUGÃO
VERNÃ
CHINCHINIM
QUEPEN
CANÁCONA
SINQUEM
MARDOL”*

Ainda do Regulamento Postal:

“Art. 22º - Representarão as estampilhas os valores de 10, 20, 40, 100 e 200 reis, correspondentes a estes preços as côres preta, encarnada, azul, verde e alaranjada com a designação de “SERVIÇO POSTAL - ÍNDIA PORTUGUESA”.

Art. 32º - A estação postal em que primeiro entrar qualquer remessa com estampilhas afixadas, procederá à inutilização delas, por meio de um carimbo especial com tinta a óleo.

1º - Este carimbo será alguma cousa maior do que a estampilha e figurará nele o sinal da estação postal que proceder à inutilização.

2º - Caracterizar-se-á a Administração-Geral com o nº1 e cada uma das quatro direcções de Mapuçá, Bicholim, Pondá e Margão respectivamente com os números 2, 3, 4 e 5.

3º - Para o mesmo fim serão caracterizadas as 13 delegações com as letras alfabéticas desde A a M na ordem em que o Art. 4º estabelece as mesmas delegações:

*A - PERNEM
B - COLUALE
C - CALANGUTE
D - AGOADA
E - SANQUELIM
F - MORMUGÃO
G - MARDOL
H - GOA-VELHA
I - VERNÃ
J - CHINCHINIM
K - QUEPEN
L - SINQUEM
M - CANÁCONA”*

Dando continuidade aos trabalhos realizados pela Comissão que nomeara para tal, o Governador-Geral, pela Portaria nº 284, publicada no Boletim do Estado da Índia, nº 63, de 16 de Agosto de 1871:

“...estabelece as bases do novo serviço dos Correios e manda estampar e pôr à venda as estampilhas de 10, 20, 40, 100 e 200 reis nas cores preta, encarnada, azul, verde e alaranjada respectivamente. “

“e não serão expedidas, cartas, jornais, ou quaisquer correspondências, que devendo seguir pelo território da Índia Inglesa não forem estampilhadas, com as correspondentes estampilhas do Correio Britânico, além das que lhe competirem pelo seu trânsito no território português”.

Por virtude do determinado nesta Portaria, a Junta da Fazenda Pública do Estado da Índia manda proceder na Imprensa de Nova-Goa à fabricação das estampilhas, imprimindo-se

10 000 estampilhas de 10 réis
20 000 estampilhas de 20 réis
5 000 estampilhas de 40 réis
3 000 estampilhas de 100 réis
2 000 estampilhas de 200 réis

Segundo José António Ismael Gracias, no seu livro “MEMÓRIA HISTÓRICO-ECONÓMICA SOBRE OS CORREIOS DA ÍNDIA PORTUGUESA”:

“Os desenhos para as estampilhas foram feitos pelo engenheiro Assa Castel Branco, e as chapas pelo ferreiro Goindosó na extinta Guarda Municipal e a impressão por Silvestre de Sousa, compositor da Imprensa Nacional. “

Assim:

O Governador-Geral do Estado da Índia, pela Portaria nº319, publicada no Boletim nº 75, de 26 de Setembro de 1871, manda pôr em execução o novo Regulamento dos Correios, a partir do dia 1 de Outubro de 1871.

Cumprindo o determinado, foi nesse dia posta à venda, para uso público, por ordem da Administração-Geral do Correio, a primeira emissão de selos adesivos do Estado da Índia Portuguesa, que, pelo facto de terem sido feitos inteiramente no território, são, no Mundo dos selos, conhecidos por “NATIVOS DA ÍNDIA”.

Os Nativos da Índia e suas Emissões

O desenho do tipo de selo da **primeira emissão**, posta em curso, representa um rectângulo no sentido vertical, com pequenos arabescos nos cantos, no qual se insere uma oval tendo a branco, sobre um fundo colorido, as inscrições “SERVIÇO POSTAL” na parte superior e “INDIA PORT”, na parte inferior, separadas entre si por dois ornamentos constituídos por quatro pequeninos traços, formando uma cruz.

O interior da oval tem um fundo de 33 linhas verticais, que não chegam a tocar a oval, deixando, assim, uma orla branca, que contorna interiormente toda a mesma oval.

Todavia aconteceu que pelo menos duas vezes o cinzel ou buril que esculpiu as 33 linhas veio riscar muito superficialmente a orla branca, como podemos ver entre o “D” e o “I” de “ÍNDIA” e entre o “P” e o “O” de “PORTUGAL”.

No riscado vertical do interior da oval, na sua parte inferior, a palavra “REIS”, em caracteres romanos.

O valor, na mesma cor em que é impresso o selo, era apostado numa segunda impressão.

É esta, primeira emissão, composta dos seguintes valores:

- 10 réis na cor preta (Fig. 10)
- 20 réis na cor carmim escuro
- 40 réis na cor azul
- 100 réis na cor verde
- 200 réis na cor amarelo-ocre (Fig 11)

São impressos em **papel fino**, muito calandrado, o que o torna bastante quebradiço, e são denteados 16-18, mas muito irregularmente.

É voz corrente que o denteado terá sido feito por meio de umas régua dentadas, de marfim ou de ferro, que seriam colocadas, com os dentes para baixo, nos intervalos entre



Fig. 10. 1871 – 10 reis. Ex Admiral Bridges. Único múltiplo novo conhecido



Fig. 11. 1871 – 200 reis. Único múltiplo conhecido

Fig. 12. 1871 – 200 reis. Ex. Admiral Bridges. Carta de Margão para Macau - 27 Nov. 1872. Único “200 reis” conhecido em carta



os selos de uma folha já impressa, e depois, por meio de pancadas dadas com um maço sobre as réguas, os dentes destas, devido à pressão, perfuravam o papel.

As gravuras para a impressão teriam sido feitas em chumbo ou estanho, por meio do punção de Jenardana Goindozó, e depois fixadas por meio de pregos, numa prancha de madeira, com a qual se fazia a impressão. Havia 100 gravuras por folha.

Não nos parece que assim tenha acontecido porquanto a prancha de madeira, com estas dimensões, sofreria empenos pelo embate contínuo ao imprimir, e talvez fracturas, e ainda porque se nos deparam várias anomalias, de difícil explicação, para o caso de a impressão da folha ter sido feita de uma só vez.

Evidentemente que se trata só da gravura principal e não dos algarismos da taxa.

Assim:

Possuímos uma tira de três selos, da taxa de 40 réis em azul, da 2ª emissão, em papel espesso, na qual a intensidade da cor azul é diferente de selo para selo, sendo esta diferença de colorido bastante acentuada.

Ainda da nossa colecção, fazem parte alguns pares de várias taxas, nos quais a impressão de um deles é normal, enquanto que a do outro apresenta dupla impressão da gravura.

Como explicar, pois, tais anomalias com uma só impressão, e simultânea, das 100 gravuras?

Nós não o conseguimos, e aventámos:

Não terá a impressão sido feita selo a selo, tal como nessa data se fazia em Lisboa?



Fig. 13. 1871 - 300 reis.

Não era assim, já bastante bem alinhados e uniformemente distanciados entre si, que em Portugal eram impressos os selos de D. Luís I do tipo conhecido por fita direita?

A aposição da taxa nos “NATIVOS” era feita depois da impressão da gravura, manualmente e um a um nos selos, e até melhor conhecimento por aqui nos quedamos.

A saída e venda das estampilhas da 1ª emissão estava marcada para o dia 1 de Setembro de 1871, mas, pelas razões apontadas pelo Administrador Geral interino dos Correios, o Governador da Índia, pela portaria 294, publicada no Boletim na 67, de 29 de Agosto, faz saber que:

*“Atendendo às ponderações feitas pelo Administrador Geral interino dos Correios, sobre a impossibilidade em que se acha de dar cumprimento do 1º do próximo mês de Setembro em diante, ao novo sistema do serviço postal, por meio de estampilhas, como se acha determinado pela portaria 284 do corrente mês...;
... hei por conveniente transferir para o 1º do seguinte mês de Outubro, o começo de execução do referido sistema postal”.*

E assim no Domingo, 1 de Outubro de 1871, os selos saíram e foram postos à venda.

Tudo nos leva a crer que, por virtude da nova organização dos serviços de correio, as estampilhas se esgotavam e naturalmente haveria portes elevados.

Mesmo antes do selo adesivo já essa necessidade se verificava pois temos uma carta da época do selo fixo, com 300 réis de porte, bem como outras com 350 e 600 réis.

E assim, pouco tempo após a saída da primeira emissão, o Governador-Geral da Índia Portuguesa, pela portaria nº 321, publicada no Boletim nº 85 de 3 de Novembro de 1871, determinava:

“Tendo-se verificado a necessidade de taxas mais altas determina-se que na Imprensa Nacional se imprimam as taxas de 300, 600 e 900 réis devendo a cor de todos esses ser roxa”.

Tudo nos leva a crer, não ter sido cumprido integralmente, o que nesta portaria é determinado e um só valor foi criado e dado à estampa, o de 300 réis.



Fig. 14. 1871 – 10 reis. b) Ex. Admiral Bridges. Único múltiplo novo conhecido

Terá sido por esta altura, meados de Novembro de 1871, que, conjuntamente com este selo de 300 reis, haja sido feita uma nova tiragem de algumas das taxas mais usadas ou já esgotadas, para a qual foi utilizado um papel mais espesso.

Terão usado este papel por não haver já o utilizado pela primeira vez ou porque reconhecido que tal papel era melhor e não quebradiço? Não o sabemos.

O denteado mudou também, passando a ser 13½.

E assim, neste **papel espesso**, além do selo de 300 réis impresso na cor castanha violeta, (Fig. 13) se fez uma 2ª tiragem dos selos das taxas de 10 réis na cor preta, 20 réis nas cores carmim escuro e vermelho-alaranjado e 200 réis na cor ocre (Fig.12).

O selo da taxa de 600 réis não foi até hoje visto e os exemplares conhecidos das taxas 900 réis, são altamente duvidosos e, segundo a feliz frase de João Augusto Marinho, que na sua colecção possui um exemplar, devem ser “genuinamente falsos”.

Segundo Carlos George, os valores de 600 e 900 réis não



Fig. 15. 1871-2 40 reis. Ex. Gonzalez Garcia. Maior bloco conhecido (78%)

devem ter sido impressos, porquanto ia já bastante adiantada a 2ª emissão de selos e esta já incluía os citados valores.

De facto, assim deve ter acontecido, pois possuímos em nossa colecção uma carta datada de Goa, 6 de Dezembro de 1871, já franqueada com um selo de 20 réis vermelho da 2ª emissão, sinal portanto que, pelo menos, este valor já estava em uso, e não é lógico que tivesse sido possível em tão escasso espaço de tempo – a portaria 321 é de 3 de Novembro de 1871 – preparar os cunhos e imprimir duas emissões, tanto mais que estamos crentes de que esta nossa carta não será do primeiro dia de emissão e que este se tenha antes situado seis dias antes.

Porém, por tudo que aqui se diz e ainda porque tivéssemos ensejo de apreciar vasta documentação em posse do Coronel Guedes de Magalhães, estamos convictos da não existência, na 1ª emissão e sua 2ª tiragem das taxas de 600 e 900 réis.

Mas uma vez que tudo é possível e ainda porque houve documento oficial – a portaria nº 321 – que os criou, nada nos garante que não possam aparecer algum dia exemplares destes valores.

Se tal suceder e caso se possa provar a sua autenticidade, tais exemplares só deverão ser considerados como “PROVAS”.



Fig. 16. 1871-2 – 100 réis. Ex. Gonzalez Garcia. Maior bloco conhecido (79%)



Fig. 17. 1871-2 - 40 reis. Tête-bêche 40 reis



Fig. 18. 1871-2 - 40 reis. Dupla impressão "40"

A notícia da emissão do primeiro selo adesivo da Índia Portuguesa foi comunicada aos "selomaníacos" (recorde-se que, na altura, "timbromanie" era a designação da Filatelia) por J. B. Moens, negociante de selos em Bruxelas, na revista "Le Timbre-Poste", número 12, página 27.

Nesta sua notícia, apresenta-nos em gravura mais ou menos fiel a imagem do selo de 10 réis preto, que lhe mereceu esta singular apreciação:

"Le timbre se distingue par sa laideur et son execution des plus détestable; c'est même ce qui à été produit de plus mauvais jusqu'a present. Sa grande laideur cependant ne nous deplai pas trop: elle plaide en faveur de son authenticité, et lui donne un cachet tout local. Nous ne serions pas éloigné de lui donner la grande naturalisation parmi les timbres vrais"

E o tempo se encarregou de confirmar plenamente este vaticínio de Moens. De facto, os "NATIVOS DA ÍNDIA", apesar da sua fealdade e singeleza, ou por isto mesmo, impuseram-se na FILATELIA, como dos mais interessantes e belos espécimens do mundo dos selos, sendo altamente apreciados.

Continuando nas suas informações públicas, Moens, a pag. 47 do n° 125, de Janeiro de 1873, apresenta a relação dos selos emitidos na Índia Portuguesa assim:



Fig. 19. 1871-2 - 10 reis. Ex. G. Garcia. Maior bloco conhecido. (89%)

*“1ère ISSUE - 1ère TYPE**Chiffre dans un oval a 32 lignes verticales; papier mince uni, percé en points sur ligne:**10 réis noir gris**20 réis rouge vermillon foncé**40 réis bleu terne**100 réis vert-jaune pâle**200 réis jaune-olive**300 réis ?**600 réis ?**900 réis ?**Même type, percé 13 ½ en points sur ligne**300 réis brun violet”*

Mas já antes, a pág. 35 do n° 113, de Maio de 1872, nos elucidára:

“Tous les timbres que nous avons eus étaient piqués 16, sauf un 20 réis piqué 13 ½ et un autre, même valeur, avec le piquage 12 ½”

Como também reconhece a saída de um outro selo da taxa de 10 réis, porquanto a pág. 44 do n° 114 de Junho de 1872, escreve:

“Les timbres piqués 16 se sont rares. Les derniers 10 et 20 réis étaient piqués 13 ½ ...”.

É extraordinário que, sendo Moens contemporâneo da primeira emissão dos “NATIVOS”, publicando mensalmente uma revista sobre selos, não tivesse mencionado a existência de 600 réis e 900 réis nesta emissão, só nos falando no 300 réis, em denteado 13 ½.

Inexplicável este silêncio, ou ignorância, do negociante belga, tanto mais de espantar porquanto ele nos esclarecia estar em relações directas com M. J. CAMPOS, Director do Correio de Goa, e que lhe enviava exemplares de todos os selos que iam sendo emitidos.

Desta primeira emissão, conhecemos uma carta franqueada com dois selos isolados, da cor preta, em que num deles foi aposta a taxa de 10, que a esta cor corresponde, enquanto que o outro tem aposta a taxa de 40, que é o valor que deveria corresponder à cor azul.

Na taxa de 100 réis, conhecemos a variedade na cor verde



Fi. 20. 1871-2 - 10 reis. Tête-bêche. Única tira de três selos nova.



Fig. 21. 1871-72 - 20 reis.
A. Ex Abecassis. Maior múltiplo novo conhecido (92%)
B. Ex Sotto Mayor. Único múltiplo usado conhecido.

esmeralda e ainda o mesmo selo com o 1 do da taxa invertido.

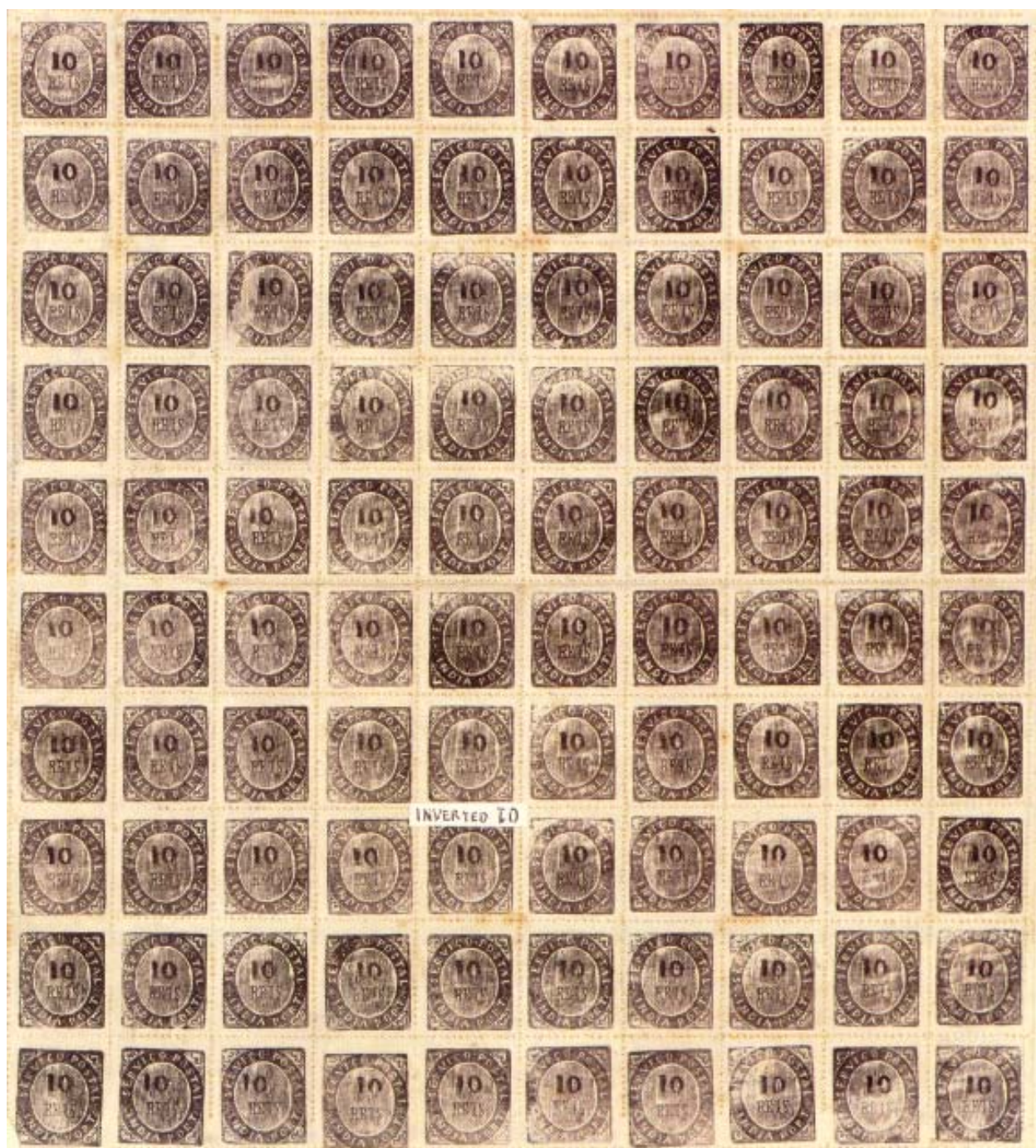


Fig. 22. 1873 - 10 reis. Esta é a única folha completa conhecida nas primeiras 13 emissões sem sobrecarga dos selos Nativos. (Fotografia reduzida)



Fig. 23. 1873 - 20 reis. Ex. Gonzalez Garcia. Maior Bloco conhecido. (73%)

A 12 de Dezembro de 1871, entrou em exercício o Governador José Joaquim Macedo e Couto, General de Divisão, que se manteve no cargo até 10 de Maio de 1875.

Em Dezembro de 1871, foi posta à venda uma nova emissão de selos - a **segunda emissão** -, com as seguintes características:

Fundo de 44 linhas verticais tocando a oval, a palavra "REIS" em caracteres normandos, as letras da palavra "SERVIÇO" todas do mesmo tamanho e os ornamentos que separam a legenda "SERVIÇO POSTAL" e "ÍNDIA PORT" são constituídos por 5 pontos formando cruz, tendo sido impressos em **papel espesso**, bastante calandrado.

É constituída pelos seguintes valores:

- 10 réis na cor preta (Fig. 14)
- 20 réis na cor vermelha
- 40 réis na cor azul (Fig. 15)
- 100 réis na cor verde (Fig. 16)
- 200 réis na cor amarela
- 300 réis na cor violeta
- 600 réis na cor violeta
- 900 réis na cor violeta

Nesta tiragem em papel espesso, são conhecidas algumas raridades das quais se destacam as duplas impressões de valor nas taxas de 10, 20, 40, 100 e 600 réis

Nesta emissão, aparece-nos o 40 réis azul "Têtebêche", (Fig. 17) que foi notado pela primeira vez por M. A.



Fig. 24. 1873 - 900 reis. Ex. Abecassis. Maior bloco conhecido. (90%)

Fig. 25. 1873 - 10 reis. A & B. Dupla impressão "10"
C. "1" Invertido.



Fig. 26. 1873 - 20 reis. A. Dupla impressão 20. B. Dupla impressão



Fig. 27. 1873 - 20 reis. 10 em vez de 20.



Fig. 28. 1873 - 60 reis. 60 em vez de 600



Fig. 29. 1873 - 600 reis. Ex. Admiral Bridges. Dupla impressão 600

ROTHSCHILD, como nos informa Moens, a pág. 27 do n° 124, de Janeiro de 1873, conjuntamente com o aparecimento do 20 réis em papel azulado. Igualmente raro e de realce é a dupla impressão de valor no 40 réis azul (Fig. 18).

Também desta emissão informa o negociante de Bruxelas em seu jornal:

"Nous avons rencontré au 2° type, un timbre fort rare. C'est le 100 reis, vert-bleu, imprimé sur papier burelé gris et présentant en filigranne des lignes obliques croisées formant losanges. Ce timbre à le perçage actuel 14."

Até hoje é conhecido somente um exemplar, que pertenceu ao Conde De Ferrari e depois a Sotto Mayor.

Posteriormente, em Abril de 1872, foi feita nova tiragem, em **papel avergoado**, com os seguintes valores

10 réis preto (Fig. 19)
20 réis laranja
40 réis azul
100 réis verde
200 réis amarelo

O "Tête-bêche" na taxa de 10 réis, em papel avergoado (Fig. 20), e o 100 réis, em papel moiré, são as duas grandes raridades nesta emissão.

Ainda mais tarde, em Janeiro de 1873, uma terceira tiragem foi feita, desta vez em **papel fino levemente azulado** incluindo apenas o

20 réis vermelho (Fig. 21)

Novamente, em Julho de 1873, foi posta em circulação uma nova emissão - a **terceira** -, impressa com os cunhos da emissão de Outubro de 1871, em papel azulado, relativamente fino, mas em que a figura se encontra com as linhas de fundo mais espessas.

É composta dos seguintes valores:

- 10 réis preto (Fig. 22)
- 20 réis laranja (Fig. 23)
- 300 réis violeta
- 600 réis violeta
- 900 réis violeta (Fig. 24)



Fig. 30. 1873 - 900 reis.
A. Dupla impressão de último 0 de 900.
B. Dupla impressão 900



Fig. 31. 1874 - 10 reis. A. Fenda de cunho por baixo "IÇ" of "SERVIÇO". (153%) B. Maior bloco novo conhecido. (101%)

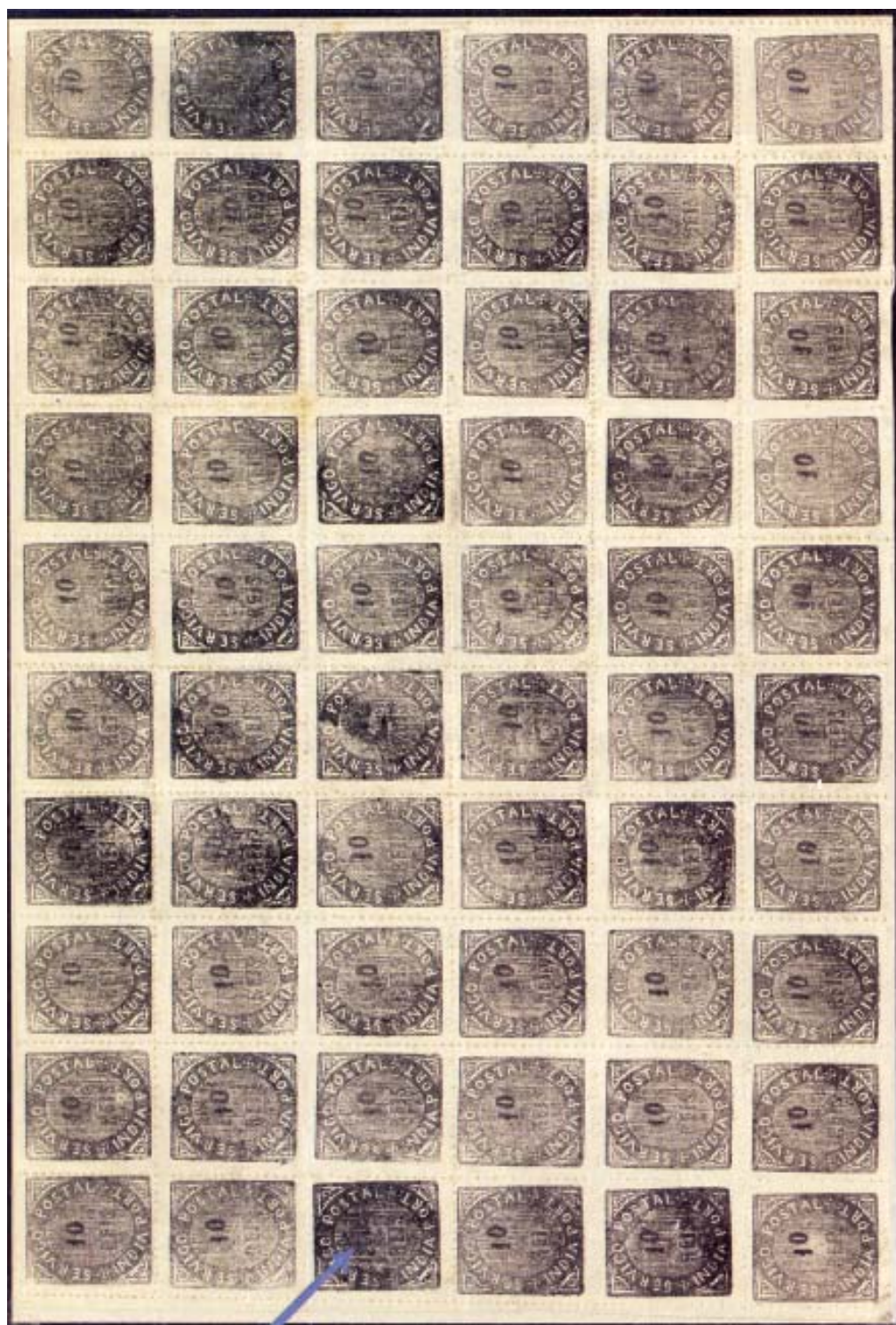


Fig. 32. 1875 - 10 reis. Ex. G. Garcia. Maior bloco novo conhecido. (89%)
 Seta indica 10, 20 no mesmo selo.



Fig. 33: 1875 - 10 reis. Sobrescrito de de Mupaçá, 6 de Junho 1875, para Margão. Único par em carta (72%)

Algumas folhas têm filigrana “Original Turkey Mill Kent”.

De salientar, como variedade desta emissão, as taxas de 10 e 20 réis, nas quais o “A” da palavra “INDIA” foi impressa com um “V” invertido, ou seja, um “A” sem traço.

Notamos igualmente o aparecimento de alguns erros nesta emissão, dos quais salientamos a dupla impressão de valor e o 1 invertido da taxa de 10 réis (Fig. 25)

Ainda mais raros, encontramos a dupla impressão de valor da taxa de 20 réis (Fig. 26), a impressão de 10 em vez de 20 réis (Fig. 27), os raríssimos 60 em vez de 600 réis (Fig. 28), a dupla impressão de valor do 600 réis (Fig. 29) e do 900 réis (Fig. 30).

No ano seguinte, em 1874, uma nova emissão – **a quarta** –, se nos oferece.

É do 1º Tipo - 1871-, só que a letra “A” de “INDIA” não tem traço horizontal, parecendo um “V” ao contrário, e com o



Fig. 34: 1875 - 15 reis. Maior bloco conhecido (92%)



Fig. 35: 1875 - 15 reis. Dupla impressão.



Fig. 36: 1875 - 20 reis. O maior bloco novo conhecido. (89%)



Fig. 37. 1875 - 20 reis. Erro de cor.

Fig. 38. 1875 - 20 reis. Dupla impressão



Fig. 39. 1876 - 20 reis. Maior bloco novo conhecido. (149%)

mesmo denteado. Os algarismos da taxa são também mais pequenos do que os da emissão de 1873.

Foi utilizado **papel azulado fino** e consta de:

- 10 réis preto (Fig . 31)
- 20 réis vermelho



Fig. 40. 1876 – 20 reis. Carta de Bombay, 16 Maio 1877, para Pondá, 21 Maio 1877. Marca “TOO LATE” por falta de 1/2 Anna. Pagou 1 Anna e 15 reis de porte domiciliário. Total 0.1.05 (120%)

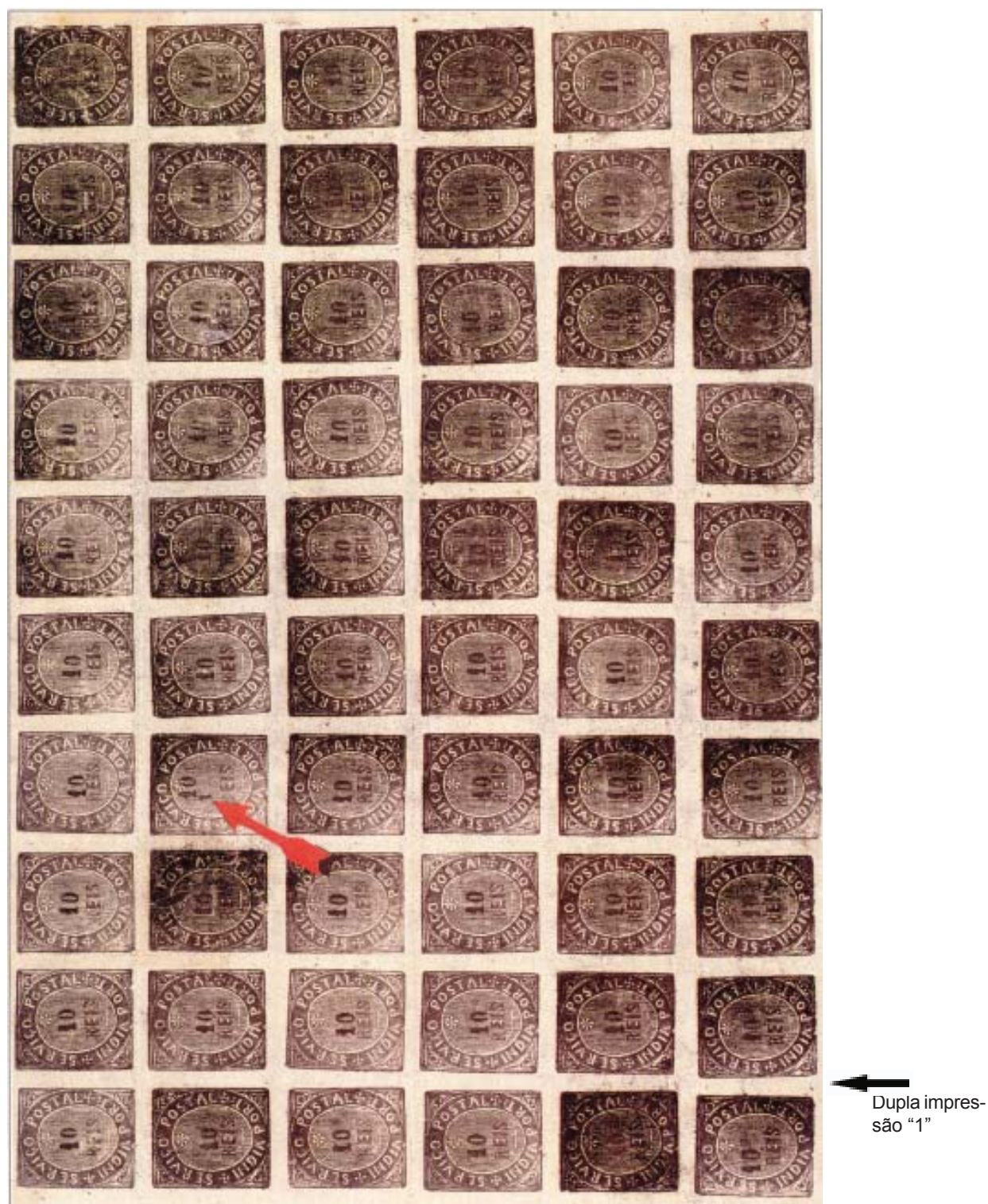


Fig. 41. 1877 - 10 reis. Ex. G. Garcia. Maior bloco conhecido (90%)



Fig. 42. 1877 - 200 reis. Ex. Admiral Bridges. Maior bloco conhecido

Como na anterior, algumas folhas eram filigranadas.

Em Abril de 1875, nova emissão surge – a quinta –, é do Tipo 2 – linhas tocando a oval –, mas os algarismos da taxa são mais pequenos que os da emissão de Dezembro de 1871.

Também em **papel fino, azulado** e composta de:

- 10 réis preto (Fig. 32 e 33)
- 15 réis rosa e vermelho (Fig. 34)
- 20 réis vermelho (Fig. 36)

É nesta emissão que foi criada a taxa de 15 réis, selo este que criou, no meio dos selos, forte controvérsia entre o “AMERICAN JOURNAL OF PHILATELY”, que negava a autenticidade dos selos desta taxa, e Moens, que os apresentara no mercado.

Como é natural, Moens acabou por demonstrar irrefutavelmente a legitimidade dos selos que vendia, terminando o seu escrito - pág. 68 do n° 153 de Setembro de 1875 - por pôr à disposição dos contestadores a correspondência trocada com o Director-Geral do Correio em Nova Goa.

Esta taxa destinava-se ao pagamento do porte ao domicílio

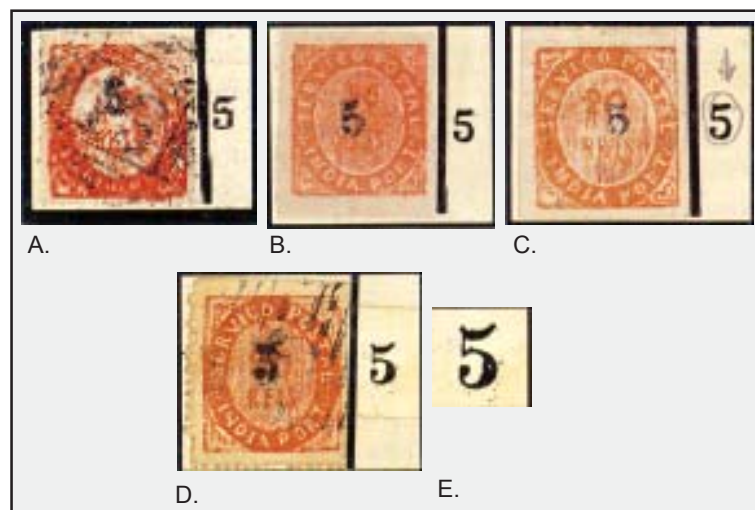


Fig. 43. 1881 - 5 reis sobre 20 reis. Damão - sobrecarga local.

A. Ex. Abacassis. Duplo “5” - Unico.

B. Novo - Unico

C. Ex. G. Garcia. Novo - Unico

D. Ex. G. Garcia. Este selo foi assinalado por J. Ell e é indicado no seu livro “Monografia de Selos da India Portuguesa”, Unico.

E. Normal “5”

e o maior bloco conhecido é de 9 selos novos. É conhecida a taxa de 15 réis com dupla impressão de valor e com dupla impressão de cor (Fig. 35).

Igualmente conhecemos o 20 réis dupla impressão de cor (Fig. 38), bem como este, com cor rosa avermelhado, que é o colorido correspondente à taxa de 15 réis (Fig. 37).

O maior bloco que conhecemos desta emissão é de 60 selos novos do 10 réis.

Em Março de 1876, a **sexta emissão** foi distribuída para uso público.

Na gravura o fundo é formado por 41 linhas verticais acima da palavra “REIS” e 43 abaixo da mesma palavra. A palavra “REIS” é em caracteres normandos e “V” de “SERVIÇO” tem um traço, como se de um “A” invertido se tratasse de “V”.

O papel utilizado para a emissão é **azulado fino** e esta é composta dos seguintes valores:

- 10 réis preto
- 15 réis rosa
- 20 réis vermelho (Fig. 39 e 40)
- 40 réis azul
- 100 réis verde
- 200 réis amarelo
- 300 réis violeta
- 600 réis violeta
- 900 réis violeta

Conhecemos o selo de 20 réis com os algarismos de taxa omitidos, mas igualmente raros são as duplas impressões da taxa de 10, 15 e 20 réis.

Dois meses após é apresentada a **sétima emissão** - Maio de 1876, que apresenta o tipo I - linhas de fundo que não tocam a oval mas com a característica de o V de “SERVIÇO” ser um A ao contrário, com o mesmo denteado da emissão anterior.

Constituem esta emissão, em **papel azulado**, os valores:

- 10 réis preto
- 20 réis vermelho

Existe o selo de 20 réis com dupla impressão do valor.

O receio latente de que os selos eram falsificados, e que, até ali, teria sido talvez o motivo de constante saída de emis-



Fig. 44. 1883 - 6 reis. Único múltiplo conhecido.

sões, com pequenas alterações, teve aqui a sua confirmação oficial.

Em consequência desse receio, o Governador Geral Tavares de Almeida mandou, por portaria de 16 de Maio de 1877, alterar os cunhos existentes, acrescentando apenas uma estrelinha por cima da indicação dos algarismos de taxa e uma pequena linha branca horizontal por baixo da palavra “REIS”.

Foi fixado o prazo de 45 dias, a contar de 1 de Junho – entrada em circulação dos selos com estrelinha –, para se recolherem e trocarem, na Contadoria Geral, os selos de tipo antigo que passaram a não ter valor de franquia, por invalidados.

Precisamente a 1 de Junho, uma nova emissão de selos nativos foi posta em circulação. Era a **oitava emissão**.

Foram feitos mais dois cunhos para esta emissão, um do tipo I - linhas não tocando a oval e o outro do tipo II - linhas tocando a oval nos quais foi acrescentada uma estrela de 8 pontas arredondadas acima dos algarismos da taxa e um

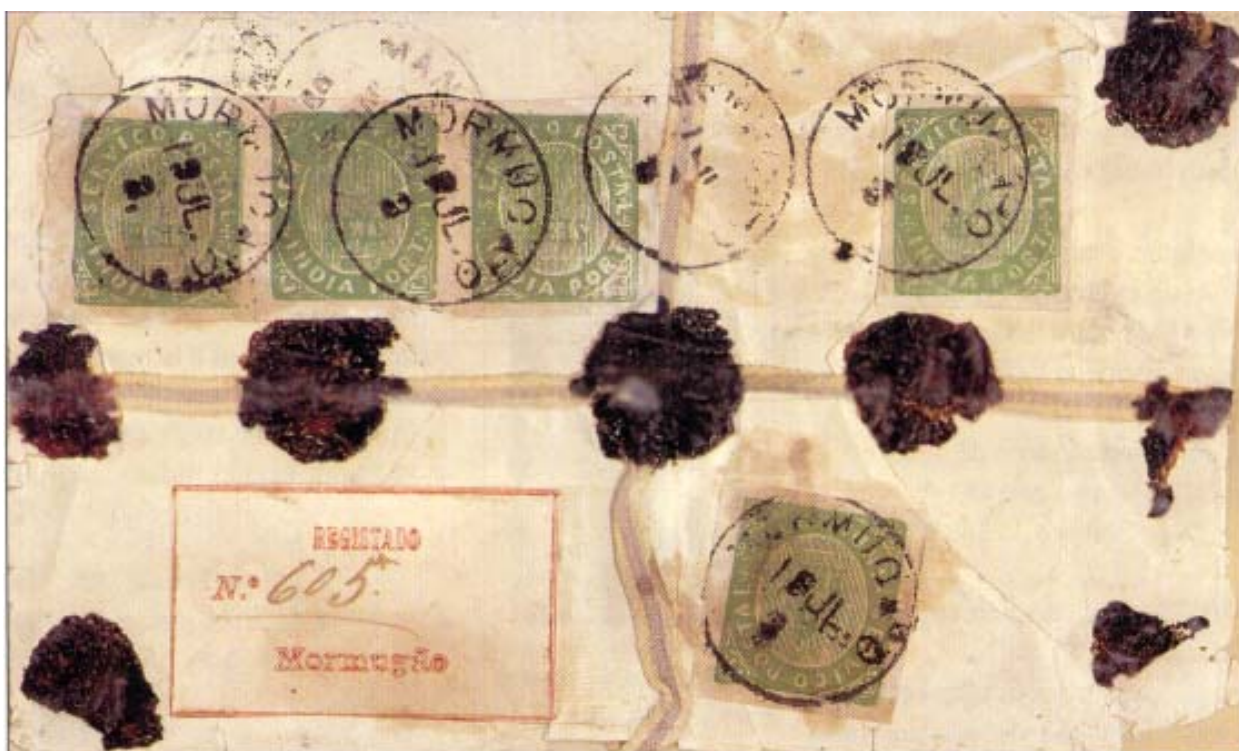


Fig. 45. 1883 - 6 reis. Carta Mormugão – 19 de Julho 1885 – para Bombay, registada. Tira de 2 selos com valor omitido. Peça única (115%)

traço a branco abaixo da palavra REIS

Saíram nesta emissão:

- 1º Tipo - REIS em Romanos
 - 10 réis preto
- 2º Tipo - REIS em Normandos
 - 10 réis preto
- 1º Tipo com REIS em normandos
 - 10 réis preto (Fig. 41)
 - 15 réis rosa
 - 20 réis carmim
 - 40 réis azul
 - 100 réis verde
 - 200 réis amarelo (Fig. 42)
 - 300 réis violeta
 - 600 réis violeta
 - 900 réis violeta

É conhecido o selo de 40 réis com dupla impressão de cor



Fig. 46. 1883 - 1 ½ reis.

A. O único tête-bêche em tira 4. B. Valor omitido C. Dupla impressão 1 ½

e também sem os algarismos de taxa, assim como o de 900 réis com duplos algarismos de taxa.

Os selos de estrelinha pouco tempo estiveram em uso, porquanto logo a 15 de Julho seguinte foram postos a circular os selos “Tipo Coroa” idos da Metrópole. Será pois esta a razão porque os selos desta emissão são muito raros.

O motivo por que as emissões se sucediam rapidamente, e com pequenas alterações nos cunhos, não está hoje ainda bem comprovado. Segundo Carlos George, era por os cunhos se desgastarem rapidamente, segundo Vitorino Godinho, seria “pelo prazer de variar”.

Julgo, no entanto, que nem um nem outro estejam dentro da razão, e que este facto se deve filiar antes no temor de que os selos fossem falsificados, como Moens nos diz a pág. 76 do n°178.

“C’est probablement pour reconnaître les vrais timbres des soi-disant faux timbres, que l’administration à pris cette mesure”.

De facto, tem havido várias falsificações dos selos nativos, não so feitas na época por um tal E. REICHMANN, de Dresden, como as mandadas fazer à volta de 1938, por pessoa moradora, ao tempo, na Rua Eugénio dos Santos, 99-3° andar, em Lisboa, que mandou executar a um seu amigo gravador os “clichés” e, para a obtenção do papel para a impressão, procurava pelos alfarrabistas livros da época de 1871, quaisquer que eles fossem, desde que existisse larga margem entre o corpo da impressão e o bordo da folha, de modo a haver espaço branco de papel para a impressão dos selos.

Duma vez, apareceu na casa Simões Ferreira, na Rua do Arsenal, em Lisboa, com uma grande variedade de nativos coladas em folhas de papel almaço amarelado, e estando



Fig. 47. 1883 - 6 reis. A. Dupla impressão “6”. B. Tête-bêche. Valor omitido.

presente Carlos George, adquiriu vários, rejeitando outros, dizendo que eram falsos.

Afinal, todos eram falsos.

Foi ele quem “emituiu” o de 40 réis azul, que andou incluído na emissão de 1874 e foi posteriormente retirado.

Dados os grandes prejuízos que o comércio em geral sofria, e que provinham da disparidade de moeda com o território vizinho, foi, em 1880, celebrada a Convenção Monetária entre os Governos da Índia Portuguesa e Inglesa, de conformidade com o artigo 5º do Tratado Luso-Britânico de 26 de Dezembro de 1878.

E, assim, foi necessário subordinar, paralelamente com a nova moeda, o preço dos selos, o que efectivamente se fez a partir de 1 de Maio de 1881, sobrecarregando as estampilhas existentes com o novo valor.

Mas os selos tipo “Coroa” esgotaram-se e, para prover as necessidades do correio, aproveitaram-se os selos NATIVOS de estrelinha das taxas 10 e 20 réis no número de 24500, sobrecarregando-os com o algarismo “5”, segundo se determina na portaria de 21 de Março de 1881.

No entanto, em Abril de 1881 e novamente em Maio do mesmo ano, receando-se que a emissão anterior se esgotasse, foram aproveitados selos de várias emissões nativas no total de 85 000 selos, que foram sobrecarregados também com nova taxa, em moeda indiana.

O algarismo “5” foi impresso a vermelho nos selos de 10 réis e o mesmo valor foi impresso a preto nos selos de 20 réis, taxa essa destinada aos jornais, tendo também sido impressa a preto no selo de 15 reis. Três variedades de “5” impressos à mão foram utilizados, sendo muito mais raro o mais pequeno que tem cerca de 4,5 milímetros de altura e é mais delgado do que os outros. Este só se encontra na taxa de 20 réis (Fig 43).

Também em Maio de 1881, sobrecarregara-se à mão os selos nativos de 20 réis com o valor 1 1/2 preto em moeda indiana.

Em Maio de 1883, novas sobretaxas manuais, também em moeda indiana, a preto e com os valores de 11/2, 41/2 e 6, foram aplicadas sobre selos nativos de várias emissões e de diferentes tipos de papel.

Mais tarde, em Setembro de 1883, por não serem suficien-



Fi. 48. 1885 - 4 1/2 reis. Valor omitido

tes para consumo os selos existentes, manda a Junta da Fazenda Pública fazê-los imprimir sob direcção de Assa Castel'Branco.

Novamente o tipo Nativo foi usado, servindo para este fim as antigas chapas, com o valor em moeda indiana.

E, assim, saíram:

- 1 ½ réis preto, em 1 de Setembro de 1883 (Fig 44)
- 6 réis verde, em 17 de Outubro de 1883

Para esta emissão, foi usado o cunho que serviu para a impressão do 10 réis, de estrelinha, com a palavra "REIS" em caracteres romanos.

Porém, a taxa de 6 réis nalguns exemplares foi omitida, o que constitui o selo mais raro desta emissão. (Fig 45).

Nesta data, Setembro de 1883, outra tiragem surgiu, em papel azulado fino e também em moeda Indiana:

- 1 ½ réis preto, em 1 de Setembro de 1883
- 4 ½ réis bistro, em 20 de Agosto de 1883
- 6 réis, verde, em 17 de Outubro de 1883

As letras da palavra "REIS" são em caracteres normandos e os algarismos da taxa são maiores.

Nesta emissão, constituem variedades o "tête-bêche", o valor omitido e a dupla impressão do 1 1/2 réis preto (fig 46) e do 6 réis verde escuro (Fig 47), assim como o selo de 4 1/2 réis com a taxa omitida (Fig. 48).

Conhece-se também o selo de 1 1/2 réis com a taxa impressa a verde.

Só mencionamos aqui, nas emissões nativas, as variedades por nós conhecidas, mas ainda não incluídas em catálogo.

Como melhor esclarecimento:

Basicamente, só dois tipos são de considerar nos selos NATIVOS da Índia Portuguesa:

- 1º Tipo - *Fundo de linhas verticais que não tocam a oval*
- 2º Tipo - *Fundo de linhas verticais que tocam a oval*

A partir destes 2 tipos, as diferenças nos caracteres das palavras "REIS", em romanos e normandos, a grafia da legenda "SERVIÇO POSTAL - ÍNDIA PORT", os arabescos que separam estas legendas, compostos por pequenos tra-

ços ou por pontos formando cruz e ainda pela introdução de uma estrelinha acima dos algarismos do valor, não são mais que detalhes introduzidos nos dois tipos, formando assim as bases que caracterizam as várias emissões.

Igualmente a diversidade do formato dos algarismos usados para as taxas ajudam a determinar a emissão.

De uma maneira geral, para mais rápida identificação dos Nativos da Índia, podemos resumir assim as suas características:

TIPO I

- “REIS” em caracteres romanos
- Fundo de linhas verticais que não tocam a oval

1ª emissão – 1 de Outubro e Novembro de 1871:

- “SERVIÇO” tendo o “S” e o “R” menores e o “E” maior que as outras letras.
- Legendas separadas por dois ornamentos, formados por quatro pequenos traços em cruz.
- Fundo de 33 linhas verticais, nitidamente destacadas.
- Papel branco fino e rígido, ou papel espesso, correspondendo este à tiragem de Novembro.

3ª emissão – Julho de 1873:

As mesmas características da 1ª emissão mas as linhas de fundo grossas e empastadas.
Papel azulado de espessura média.

4ª emissão – 1874:

- “ÍNDIA” com letra “A” sem traço, como sendo um “V” ao contrário.
- Algarismos da taxa mais pequenos do que os da emissão anterior.
- Papel azulado fino.

7ª emissão – Maio de 1876:

- “SERVIÇO” com a letra “V” barrado, como se tratasse de um “A” ao contrário.
- Legendas separadas por dois ornamentos, formados por 5 pontos em cruz
- Algarismos da taxa pequenos e idênticos aos da 4ª emissão.

TIPO I



1ª Emissão



3ª Emissão



4ª Emissão



7ª Emissão



8ª Emissão

TIPO II



2ª Emissão



5ª Emissão



6ª Emissão



8ª Emissão

- Papel azulado fino.

TIPO II

- “REIS” em caracteres normandos.
- Fundo de linhas verticais que tocam a oval.

2ª emissão – Dezembro de 1871 - Abril de 1872 - Janeiro de 1873

- “SERVIÇO” com as letras todas de igual tamanho.
- Legendas separadas por dois ornamentos, compostos de 5 pontos formando uma cruz.
- Fundo de 44 linhas verticais.
- Papel espesso, avergoado ou azulado fino, correspondendo cada qualidade de papel a uma tiragem.

5ª emissão – Abril de 1875

- Idêntica à 2ª emissão, mas com os algarismos da taxa menores.
- Papel azulado fino

6ª emissão – Março de 1876

- “SERVIÇO” com a letra “V” barrada, como “A” ao contrário.
- Legendas separadas por dois ornamentos compostos de 5 pontos formando uma cruz.
- Fundo com 41 linhas verticais acima de “REIS” e 43 abaixo.
- Papel azulado fino

A **emissão de 1 de Junho de 1877** dispensa qualquer descrição, visto que a aposição da estrelinha de 8 pontas arredondadas acima da taxa e o traço branco debaixo de “REIS” a tornam inconfundível.

Foi impressa em papel azulado fino.

As **emissões de Setembro de 1883**, que consideramos uma só, e que foi feita com duas gravuras diferentes da emissão de estrelinha - 1877- foi executada com o valor em moeda Indiana.

Foi impressa em papel azulado fino.

Finalmente, só em 4 de Novembro de 1952, aquando da Exposição Filatélica de Goa, foi apresentado novamente o 10 réis tipo Nativo, conjuntamente com outro selo e separados entre si por uma vinheta alusiva à mesma Exposição.

E assim, graças a José Frederico de Assa Castel'Branco, que os desenhou, e a Jenardana Goindozó, humilde ferreiro, que os gravou, os selos "NATIVOS" da Índia Portuguesa foram legados à posteridade e, espalhados pelo Mundo assinalam a presença inesquecível e imorredoura do Espírito Lusíada nos territórios de Goa, Damão, Dio e Nagar-Aveli, em terras do Hindustão.

